



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Simulado Especial

TCE RS

**Oficial de Controle Externo -
Oficial Instrutivo**
Pós-Edital

Simulado

Simulado TCE-RS (Oficial de Controle Externo - Oficial Instrutivo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-RS**, cargo de **Oficial de Controle Externo - Oficial Instrutivo**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/HxNxQM5EcDmCgbYk9>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/EnUf>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***[CAPÍTULO I]**

TORRES, 4, segunda-feira, 4 de junho de 1820. – Sempre areia e mar. Enquanto nos dias anteriores só avistávamos uma praia esbranquiçada que se confundia com o céu na linha do horizonte, hoje, ao menos, deparamos dois montes denominados Torres, porque realmente avançam mar adentro, como duas torres arredondadas. Para as bandas do oeste, recomeçamos a avistar a grande cordilheira que há muito tempo não víamos. Cerca de uma légua daqui, encontramos-nos à margem do rio Mampituba (pai do frio), que, atravessando a praia, se lança no mar, após separar a Província de Santa Catarina da Capitania do Rio Grande; passamo-lo do mesmo modo que o rio Araranguá. É também à guarda de Torres que se paga o pedágio. Continuando a viagem, chegamos aos montes que têm esse nome; um relvado muito rente ao chão, um pouco mais elevado que a praia, estende-se à beira-mar, acima do monte que fica mais ao norte. Como há projeto de se localizar em Torres a sede de uma paróquia, começaram a construir aí uma igreja, da qual até agora existe apenas o madeiramento. Depois de passarmos por essa igreja, chegamos a um forte, cuja construção está sendo ultimada neste momento e junto ao qual se acha o alojamento dos soldados do posto e o do alferes que os comanda. Estas construções estão situadas no lado ocidental do monte, local donde gozei um panorama que se me afigurou mais encantador do que efetivamente era, por causa da monotonia dos areais áridos, batidos pelas ondas.

Chegado à residência do alferes, mostrei-lhe meus documentos, sendo muito bem recebido e hospedado numa pequena casa, onde ficarei sozinho e donde se avista o lago. A construção do forte, a que me refiro acima, estava em andamento, embora não se acreditasse na invasão espanhola. Mas desde Laguna até aqui, a costa é tão baixa e de tal modo castigada pelas ondas, tão perigosas para as pequenas embarcações, que nem se podia imaginar que os inimigos delas ousassem desembarcar.

De qualquer modo, o forte está sendo levado adiante, voltado para o norte e podendo ser dotado de quatro peças de artilharia. Empregaram-se em sua construção cerca de trinta prisioneiros, tomados a Artigas¹. À exceção de apenas um, os demais são índios. Entretanto a maior parte revela traços de sangue espanhol. Uns vieram das Missões, outros de Entre-Rios e do Paraguai. Parece que só o gosto pela pilhagem os havia reunido como a tantos outros, sob a bandeira de seus chefes.

(SAINT-HILLAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Trad. de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, p. 31. *Adaptado*.)

¹ Artigas: José Gervasio Artigas, líder militar e político do início do século XIX, considerado herói nacional no Uruguai. Seus soldados envolveram-se em confrontos contra as tropas portuguesas e luso-brasileiras que invadiram a região da Banda Oriental (atual Uruguai).

1. Segundo as ideias do texto, os montes chamados Torres recebem esse nome devido à sua semelhança com torres que avançam sobre o mar.
2. Infere-se do texto que a construção do forte visava proteger a costa, mesmo que a possibilidade de invasão fosse considerada remota.
3. De acordo com o texto, o autor cruzou o rio Mampituba por uma ponte construída especificamente para o pagamento de pedágio.
4. Conclui-se do texto que todos os prisioneiros empregados na construção do forte eram índios provenientes das Missões.
5. O texto é predominantemente expositivo, pois tem como principal objetivo instruir o leitor sobre como realizar uma travessia segura pelo litoral sul do Brasil.
6. A vírgula é obrigatória em função da antecipação de uma oração adverbial de causa.

7. No terceiro período do primeiro parágrafo, o emprego do pronome “que”, em “*uma praia esbranquiçada que se confundia com o céu*”, é fator que justifica a próclise do pronome “se”.
8. No segmento “É também à guarda de Torres que se paga o pedágio” (sexto período do primeiro parágrafo), o acento indicativo de crase é obrigatório e justifica-se pela regência do termo “pedágio” e pela presença de artigo definido antes de “guarda de Torres”.
9. Em “*passamo-lo do mesmo modo*” (quinto período do primeiro parágrafo), a forma pronominal “lo” tem como referente o rio Mampituba.
10. Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, a expressão “*pela pilhagem*” (último período do texto) poderia ser substituída por **pelo roubo**.
11. A supressão da vírgula após “oeste” (quarto período do primeiro parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto, visto que, naquele período, o emprego da vírgula é obrigatório para separar o adjunto adverbial antecipado.
12. Em “*À exceção de apenas um*” (terceiro período do último parágrafo), o vocábulo “à” obrigatoriamente recebe o acento indicativo de crase porque se trata de uma locução prepositiva feminina.
13. No oitavo período do primeiro parágrafo, a substituição de “Como” por **Conforme** preservaria os sentidos e a coerência do texto.
14. No último período do segundo parágrafo, a forma “delas” é elemento de coesão referencial que remete ao vocábulo “ondas”.

15. No segundo período do último parágrafo, o vocábulo “se” exerce a função de pronome reflexivo.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

16. No Windows 10, é possível configurar quais usuários têm permissão para se conectar remotamente ao sistema por meio da área “Sistema > Configurações Remotas”, onde também se habilita o serviço de Área de Trabalho Remota.
17. No Windows, o utilitário PowerShell permite a execução de comandos remotos em outros computadores da rede por meio da funcionalidade de sessões remotas (PowerShell Remoting), desde que o recurso esteja habilitado via WinRM.
18. No Microsoft Word (Office 365), ao inserir uma imagem em um documento, é possível ajustar sua posição em relação ao texto usando a opção “Quebra de Texto Automática”, incluindo configurações como “Alinhar com o texto”, “Quadrado” e “Através”.
19. No Microsoft Word, a função “Controlar Alterações” permite que o usuário visualize todas as edições realizadas em um documento, sendo possível aceitar ou rejeitar cada modificação individualmente.
20. No Excel (Office 365), é possível utilizar a funcionalidade “Preenchimento Relâmpago” para extrair automaticamente padrões de dados sem necessidade de fórmulas.

- 21.** Tanto no Microsoft Excel quanto no LibreOffice Calc, é possível usar funções para procurar um valor em uma tabela. No Calc, o nome da função é CONT.NUM.
- 22.** A extensão de arquivos de modelo do PowerPoint é .potm.
- 23.** A transferência de arquivos entre computadores remotos é possível apenas por meio de navegadores de internet e ferramentas de nuvem, como Google Drive ou OneDrive, sendo inviável em conexões ponto a ponto.
- 24.** A assinatura digital utiliza técnicas de criptografia assimétrica para garantir a integridade e a autenticidade de uma informação, sendo suficiente por si só para assegurar controle de acesso e autorização em sistemas computacionais.
- 25.** A assinatura eletrônica qualificada equivale à assinatura feita de próprio punho com reconhecimento de firma em cartório, pois comprova a identidade do usuário e a integridade do documento assinado por meio de tecnologia que utiliza chaves criptográficas praticamente invioláveis.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

Em um torneio de xadrez, pode-se receber o título de Mestre Regional cumprindo a seguinte regra P:

P: "O jogador vence pelo menos três partidas consecutivas ou alcança uma pontuação mínima de 7,5 pontos".

Sobre essa regra do torneio, julgue os itens a seguir.

- 26.** A regra é logicamente equivalente a: "Se o jogador não vencer pelo menos três partidas consecutivas,

então ele não alcançou uma pontuação mínima de 7,5 pontos."

- 27.** A regra é logicamente equivalente a: "O jogador alcançou uma pontuação mínima de 7,5 pontos, a menos que ele tenha vencido três partidas consecutivas".

- 28.** A negação da regra está corretamente expressa por: "Ou o jogador não venceu pelo menos três partidas consecutivas, ou ele alcançou uma pontuação mínima de 7,5 pontos."

- 29.** Escolhendo aleatoriamente uma linha da tabela-verdade dessa regra, a probabilidade de que todos os valores sejam F (falsos) é superior a $\frac{1}{3}$.

Julgue os seguintes itens, relativos à proporcionalidade e a porcentagens.

- 30.** Um cinema de Porto Alegre reduziu o preço dos ingressos. Com isso, o número de ingressos vendidos aumentou 70% e a receita total aumentou 36%. Nessas condições, é correto afirmar que o desconto aplicado ao preço original do ingresso foi inferior a 25%.

- 31.** Para produzir 25 toneladas de um determinado produto, são necessárias 50 máquinas funcionando 6 horas por dia, durante 150 dias. As máquinas operam com a mesma eficiência e o tempo para produzir cada tonelada é o mesmo. Se a carga horária diária das máquinas fosse aumentada para 9 horas por dia, então 60 máquinas levariam 50 dias para produzir $\frac{3}{5}$ da quantidade original do produto.

32. Três sócios, Lucas, Pedro e André, investiram valores distintos em um empreendimento comercial. O lucro obtido foi distribuído de forma diretamente proporcional aos capitais investidos por cada um. Ao final do período, Lucas recebeu R\$ 300.000,00, Pedro recebeu R\$ 525.000,00 e André recebeu R\$ 675.000,00. Considerando essa distribuição, é correto afirmar que Lucas investiu 20% do capital total, Pedro investiu 35% e André investiu 45%.

Em uma fábrica de chocolates, há uma máquina que produz ovos de Páscoa. Se a máquina está regulada corretamente, a probabilidade de um ovo sair sem defeitos é de 80%. Se a máquina está desregulada, a probabilidade de um ovo sair sem defeitos é de 0%. Em 25% do tempo de produção, a máquina está desregulada.

Com relação a essa situação, julgue os itens seguintes.

33. A probabilidade de um ovo de Páscoa sair com defeito, mesmo estando a máquina regulada, é igual a 0,2.

35. Se um ovo de Páscoa saiu com defeito, então a probabilidade de a máquina estar regulada é inferior a 50%.

CONTROLE EXTERNO (LRF)

Luciana Marinho

36. A Lei de Responsabilidade Fiscal considera como renúncia fiscal a concessão de isenção em caráter geral.

37. Segundo a LRF, a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes. Além disso, deve demonstrar a origem dos recursos para seu custeio ou ser

compensado pela redução permanente de despesa.

38. Segundo a LRF, uma empresa controlada é sempre uma empresa estatal dependente cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Considerando as disposições jurisprudenciais e doutrinárias sobre o controle da administração, julgue os itens a seguir.

39. O controle externo é prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário, tendo como objetivo o exame da regularidade, da eficiência e do mérito das atividades da administração pública.

40. O Tribunal de Contas pode determinar que o controle interno realize auditorias, uma vez que é papel do sistema de controle interno apoiar o controle externo, mas tal competência deve estar prevista em lei.

41. O Tribunal de Contas do Estado é competente para julgar as contas de gestão dos prefeitos municipais, podendo ainda aplicar as sanções previstas em lei, desde que fora da esfera eleitoral.

42. A decisão do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito tem eficácia de título executivo extrajudicial, cuja execução submete-se a prazo prescricional.

43. Ao julgar as contas dos administradores e responsáveis por recursos públicos, o Tribunal de Contas da União exerce a sua função judicante.

44. Por não integrar o Poder Judiciário, não cabe ao Tribunal de Contas exercer a função sancionatória, limitando-se o seu poder a julgar as contas e assinar prazo para o exato cumprimento da lei.

Nos termos da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, julgue os próximos itens sobre a

45. O Tribunal de Contas terá amplo poder de investigação, cabendo-lhe requisitar e examinar, diretamente ou através de seu corpo técnico, todos os elementos necessários ao exercício de suas atribuições, não podendo ser negada qualquer informação, a pretexto de sigilo, ao Tribunal de Contas.

46. Compete à Assembleia Legislativa julgar, anualmente, as contas do Governador e, se este não as prestar até sessenta dias após a data fixada, eleger comissão para tomá-las, determinando providências para punição dos que forem encontrados em culpa.

47. Compete à Assembleia Legislativa apreciar anualmente as contas do Tribunal de Contas do Estado.

Considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, julgue os itens a seguir.

48. Se, por ocasião de julgamento de qualquer feito pelas câmaras ou câmaras especiais, for verificado o conflito de lei ou ato normativo do Poder Público com as Constituições da República ou do Estado, deverá ser declinada a competência ao Plenário do Tribunal para pronunciamento sobre essa matéria, formando-se o incidente de negativa de aplicabilidade de norma.

49. Os embargos de declaração serão opostos no prazo de dez dias, interrompendo o prazo para a interposição de outro recurso, cabendo quando a

decisão contiver obscuridade, contradição ou omissão que devam ser sanadas.

50. Os atos do Tribunal de Contas terão a forma de decisão, devidamente ementada e numerada, quando se tratar de decisão proferida de forma colegiada, exceto de natureza administrativa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de emenda à Constituição.

52. O Estado X editou Lei que obriga as empresas concessionárias de energia elétrica a expedirem notificação com aviso de recebimento para a realização de vistoria técnica no medidor de usuário residencial. Sobre o caso narrado, é correto afirmar que a lei é inconstitucional por violação à competência da União para explorar os serviços e instalações de energia elétrica e para legislar sobre energia.

53. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o crime político.

54. Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

55. O Estado XX pretende, mediante lei estadual, após consulta prévia à população diretamente interessada, tendo sido apresentado estudo de viabilidade, criar município a partir de desmembramento. Acerca do caso narrado, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos termos expressos na Constituição Federal, é correto afirmar que a competência para a formação de novos municípios, por fusão ou por desmembramento, é da União, por meio de lei complementar.

56. No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

57. A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.

58. Filho de estrangeiros, nascido na República Federativa do Brasil, quando os pais estavam em férias no país, poderá ser extraditado do Brasil em dois casos: 1) crime de tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins; ou 2) crime comum praticado antes de sua naturalização.

**DIREITO ADMINISTRATIVO +
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ITENS 1.1, 1.2, 1.3,
4, 4.4 E 4.5)**

Antônio Daud

Considerando a disciplina normativa atinente às licitações e contratos administrativos (Lei 14.133/2021), julgue os itens a seguir.

59. Caso não seja possível à Administração definir, com precisão suficiente, as especificações técnicas

do objeto a ser licitado, é cabível a adoção do diálogo competitivo.

60. É cabível a indicação de marca em contratos de compras, entre outras hipóteses, quando determinada marca comercializada por mais de um fornecedor for a única capaz de atender às necessidades da Administração.

61. Determinado órgão público, ao realizar licitação na modalidade pregão, pelo critério do maior desconto, deparou-se com um empate entre duas propostas. Neste caso, como critério de desempate, será cabível a adoção de disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta.

62. Uma das manifestações do princípio do formalismo moderado consiste na desclassificação de propostas que apresentarem desconformidade com exigências do edital, desde que insanável.

63. Ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o tribunal de contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito da irregularidade no prazo de 25 dias úteis, prorrogável por igual período uma única vez.

Tomando por base a disciplina atinente ao controle e à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

64. O poder público responde civilmente por danos causados por seus agentes, atuando nessa condição, inclusive no caso de usurpadores de função pública.

65. Para se caracterizar a responsabilidade objetiva do Estado sob a teoria do risco administrativo, é imprescindível o exame da conduta do agente público responsável pelo dano, avaliando-se o elemento subjetivo da conduta.

66. Aos magistrados estaduais, em sua função jurisdicional típica, não é cabível o exame da razoabilidade dos atos administrativos, na medida em que tal aspecto insere-se dentro do controle de mérito da atuação estatal.

67. É cabível ao legislador infraconstitucional a criação de modalidade de controle externo não prevista constitucionalmente, caso a institua mediante lei complementar.

68. Determinado servidor efetivo do Estado do Rio Grande do Sul teve o registro de sua admissão negada pelo TCE-RS. Nesta hipótese, a decisão da Corte de Contas subordina-se à revisão pela Assembleia Legislativa do Estado.

Considerando as regras aplicáveis à organização administrativa do Estado, julgue os itens a seguir.

69. Em toda descentralização por serviços, também chamada de funcional, a Administração Direta cria entidade diretamente por meio de lei e transfere a ela determinado serviço público.

70. O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul é estrutura jurídica resultante de desconcentração administrativa do Estado do Rio Grande do Sul, não possuindo personalidade jurídica ou patrimônio próprios.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS SERVIDORES PÚBLICOS

Tiago Zanolla

71. De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, as reposições e indenizações ao erário somente poderão ser efetuadas mediante desconto em folha de pagamento, em parcelas mensais fixas, cujo valor deverá respeitar o limite mínimo de 10%

e o máximo de 30% da remuneração, subsídio ou proventos do servidor.

72. O processo administrativo estadual, de acordo com a LC nº 15.612/2021, deve, como regra, tramitar por meio eletrônico, sendo a adoção do meio físico uma exceção que exige motivação justificada.

73. Nos termos da LC nº 15.612/2021, quando um ato administrativo for declarado nulo, os atos subsequentes que dele dependam também serão considerados inválidos, salvo se forem autônomos e independentes.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SICAF E CADIN)

Tiago Zanolla

74. O registro no SICAF, além de dispensar a apresentação física de documentos, em regra, supre integralmente as exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira do fornecedor, ainda que haja pendência de atualização de certidões fiscais.

75. A inclusão de um contribuinte no CADIN pode ocorrer de imediato após a expedição da comunicação ao devedor, desde que seja utilizada via postal ou telegráfica.

ARQUIVOLOGIA

Ricardo Campanário

76. As três fases da Gestão dos Documentos são conhecidas por Produção, Utilização e Destruição documental.

**ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE
MATERIAIS E PATRIMONIAIS***Ricardo Campanário*

- 77.** Enquanto recursos patrimoniais são consumidos no curto prazo e ao longo do processo produtivo, os recursos materiais têm natureza relativamente permanente e são utilizados no médio e longo prazo.
- 78.** Os bens patrimoniais móveis (aqueles que compõem o patrimônio mobiliário das empresas e órgãos públicos) podem ser deslocados sem alteração de sua forma física como móveis, utensílios, máquinas e veículos.
- 79.** A Durabilidade, um dos parâmetros excludentes para a identificação do material permanente, pode ser atribuída a um bem “quando sujeito a modificações (químicas ou físicas), deteriora-se ou perde sua característica normal de uso”.
- 80.** Três das mais importantes etapas do processo de controle patrimonial são o tombamento do bem, o acompanhamento de suas movimentações e a baixa do bem no momento em que ele passa a não mais fazer parte da operação em que era empregado.
- 81.** A gestão de materiais tem como principal e mais importante atividade a entrada contínua de materiais e de matéria prima que possam manter em funcionamento a operação da organização.
- 82.** A reposição periódica dos estoques é caracterizada por intervalos de compras fixos, enquanto, na reposição contínua, esse intervalo varia em função da velocidade de consumo dos estoques.

83. Matérias primas recém recebidas na organização devem ser imediatamente recolhidas ao almoxarifado.

84. Entre os critérios de armazenagem, temos a armazenagem por tamanho, que privilegia o armazenamento conjunto ou próximo de bens de mesma natureza, não importando a utilização dos espaços disponíveis para a execução dessa regra.

GESTÃO PÚBLICA*Douglas Schneider*

Acerca das funções de administração: planejamento, organização, direção e controle, bem como do processo de planejamento, julgue os itens a seguir.

- 85.** No processo administrativo, a função de planejamento envolve a definição dos objetivos organizacionais, a formulação das estratégias para atingi-los e a determinação dos recursos necessários, servindo de base para as funções subsequentes de organização, direção e controle.
- 86.** A função de direção, por se concentrar na motivação, liderança e comunicação com as equipes, tem como foco exclusivo a estruturação de cargos, a alocação de recursos físicos e a departamentalização da organização.
- 87.** O planejamento tático é elaborado no nível institucional da organização, com foco no longo prazo e com conteúdo genérico, servindo como base para o planejamento estratégico.

88. O planejamento estratégico tem por finalidade definir a direção de longo prazo da organização, alinhando a missão, a visão e os valores aos objetivos globais, e deve ser suficientemente flexível para se ajustar a mudanças no ambiente interno e externo.

Acerca dos critérios de departamentalização, suas características, vantagens e desvantagens, julgue os itens a seguir.

89. A departamentalização funcional tem como vantagem a especialização técnica e a eficiência operacional, mas pode gerar dificuldades de comunicação entre as áreas e reduzir a visão sistêmica dos processos organizacionais.

90. A estrutura matricial, por combinar elementos da departamentalização funcional e por produto, elimina a dupla subordinação e reduz conflitos de autoridade.

Levando em consideração os aspectos de liderança e motivação no contexto de trabalho, julgue os itens a seguir.

91. Segundo a teoria dos dois fatores de Herzberg, fatores higiênicos, como reconhecimento e realização pessoal, são responsáveis por gerar satisfação e motivação de longo prazo nos colaboradores.

92. O líder de estilo transformacional busca inspirar e engajar os membros da equipe, estimulando o desenvolvimento de novas ideias e a superação de expectativas, com foco na mudança organizacional positiva.

GESTÃO DE CONTRATOS

Rodrigo Bet

Julgue os itens 93 a 100 com base na Lei 14.133/2021:

93. É dispensável a licitação para a contratação de profissional técnico de notória especialização destinado a compor comissão de avaliação técnica em licitação cujo critério de julgamento seja técnica e preço.

94. A aquisição de imóvel com localização e características específicas, necessária ao funcionamento de órgão público, configura hipótese de licitação dispensável.

95. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, é permitido à autoridade competente modificar os critérios de julgamento previamente estabelecidos no edital, com base em critérios de conveniência e oportunidade da Administração.

96. A modalidade de licitação denominada concorrência deve ser utilizada para a contratação de obras públicas, independentemente do valor estimado do contrato.

97. O processo licitatório tem como objetivo garantir a contratação necessariamente mais barata para a Administração Pública, considerando inclusive o ciclo de vida do objeto, ao mesmo tempo em que se busca assegurar a isonomia entre os licitantes, prevenir sobrepreço e fomentar o desenvolvimento nacional sustentável.

98. Para garantir maior eficiência no processo licitatório, a fase de habilitação deve sempre ocorrer após o julgamento das propostas.

99. O aumento de tributos por ato normativo geral do Poder Público, que afete significativamente os encargos contratuais, configura fato do príncipe, o que pode justificar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

100. A divulgação do contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para sua eficácia, devendo ocorrer dentro dos prazos legais contados da data de assinatura.

Discursiva (Tema da Atualidade)

A Responsabilidade Coletiva na Preservação do Meio Ambiente: o Combate às Queimadas e a Preservação da Natureza no Brasil

As queimadas, especialmente na Amazônia e no Cerrado, têm sido uma questão ambiental crítica no Brasil, causando devastação em larga escala. Além de prejudicar a biodiversidade e alterar os ecossistemas, esses incêndios contribuem para o aumento das emissões de gases de efeito estufa e comprometem a saúde das populações locais. Diante desse cenário, surgem debates sobre a responsabilidade tanto do governo quanto da sociedade na preservação da natureza e no combate a essas práticas destrutivas.

Considerando o papel dos governantes na formulação de políticas públicas eficazes, bem como a conscientização e o engajamento da sociedade civil, discuta como a preservação do meio ambiente e o combate às queimadas podem ser mais eficazes no Brasil. Avalie as ações de preservação já adotadas e sugira medidas para um futuro sustentável.

Instruções:

- A discussão deve abordar a responsabilidade dos governantes na criação e implementação de políticas ambientais eficazes.
- Avalie o papel da sociedade na preservação da natureza e no combate às queimadas.
- Proponha soluções para a redução das queimadas e para a preservação dos ecossistemas ameaçados no Brasil.

Desenvolva sua argumentação com base em dados, exemplos e soluções concretas, apresentando uma visão crítica e reflexiva sobre o tema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
